

**A FACE TOTALITÁRIA DO NEOLIBERALISMO E O SEU PAPEL NA  
TRANSFORMAÇÃO DO CONFORMISMO EM SENSO COMUM**

Gastão Wagner de Sousa Campos (\*)

A mais importante doença social deste fim de século XX é o ARRIVISMO. A idéia viciosa de que o emprego de qualquer meio seria socialmente justificável desde que sirva ao objetivo considerado maior, a carreira de cada um. Ou, dizendo de outra maneira: qualquer atitude seria autojustificável desde que voltada para a defesa dos interesses privados de cada pessoa. Para a maioria, para os que não detêm o poder econômico ou político, para os que dependem dos proprietários de capital ou dos governantes, resta-lhes, dentro deste tipo de contexto, ou a revolta necessária à defesa de sua sobrevivência e de sua personalidade ou a "servidão voluntária" à algum senhor, que certamente exigirá de cada sujeito uma boa dose de CONFORMISMO E MEDIOCRIDADE.

Hannah Arendt, antecipou com argúcias as principais características deste tipo de personagem, antes de tudo disposto a assegurar o seu sucesso: "...as qualidades que o ARRIVISTA deve adquirir se quer alcançar algum êxito são: desumanidade, insolência, servilidade bajuladora e a determinação de vencer". (Origens do Totalitarismo, Edt. Comp. de Letras, 1989). Esta autora, neste trecho, poderia estar se referindo aos traços gerais do comportamento dos executivos, dirigentes empresariais, técnico-burocratas, e de uma vasta gama de profissionais deste moderno Brasil capitalista. Ao seu servilismo frente aos poderosos, à sua atitude acrítica diante das elites políticas e econômicas; e, principalmente, à sua arrogância e desprezo ao povo.

As bases materiais que estimulam e reforçam este tipo de padronização de traços psicológicos estão na moderna empresa capitalista e no autoritário Estado brasileiro.

A nova empresa privada cobra de cada empregado a máxima eficiência, fidelidade canina aos que detêm o poder de demitir, premiar e promover; ao mesmo tempo que exige o abandono de qualquer noção de solidariedade aos pares ou aos hierarquicamente inferiores.

Quanto mais carreiristas, competitivos, competentes, desumanos, maiores as oportunidades de ascensão social. Daí se originam as elites desfibradas.

Por outro lado, há que se refletir melhor sobre as conseqüências deste TOTALITARISMO empresarial sobre a consciência e a sensibilidade dos trabalhadores. O novo chicote, os novos processos de controle não são diretos e nem agredem imediatamente o corpo das pessoas. A submissão voluntária da maioria torna-se possível através da ameaça de desemprego -, poder absoluto do proprietário -e da posse da decisão de recompensa.

A idéia da propriedade privada como sendo um campo privado de deliberações dos proprietários torna a fábrica, o jornal, a TV, a fazenda, novos Campos de Concentração, novos "gulags". Instituições onde a desnutrição a que eram submetidos os prisioneiros é substituída pelo estresse, pelo enfarte, pela hipertensão arterial, insônia e úlceras. Onde o conformismo é assegurado não por cães e guardas mas pela submissão voluntária às regras da máxima produtividade; onde as execuções dos rebeldes foram substituídas pela demissão dos que ousam discordar.

Uma das conseqüências deste poder absolutista do capital sobre o trabalho é o de conferir plausibilidade ao apoliticismo. Afinal, o exercício da política no ambiente de trabalho pode desencadear sofrimentos para o trabalhador e sua família. Ou seja, tenta-se com este tipo de gerência favorecer o egoísmo e, sua decorrência natural, o carreirismo, dificultando-se o desenvolvimento de uma nova consciência sindical, sanitária, enfim de qualquer tipo de solidariedade social. Tenta-se criar para cada cidadão o seguinte tipo de equação: apesar da exploração, dos baixos salários, das agressões à saúde, da disciplina rígida a que estão submetidos os que trabalham, sempre pode haver um mal maior que é o da demissão, da imposição de perdas financeiras ou da supressão de qualquer promoção. A escolha é considerada "livre"!

Mas, este tipo de lógica reforça, sobretudo a busca de saídas MESSIANICAS. Principalmente porque o dia-a-dia parece absolutamente resistente às mudanças e na medida em que, apesar do aparente "conformismo", tende a ocorrer um acúmulo de insatisfações não atendidas, de frustrações não resolvidas em decorrência tanto do esquema de controle montado pela empresa, como da ineficácia do Estado em assegurar mecanismos de distribuição de renda. Nestas circunstâncias, as pessoas tendem a transferir toda sua esperança não realizada de mudança para algum tipo de força social que se apresente como magicamente capaz de romper com o mal estar do cotidiano.

Enfim, pode-se considerar que a sociedade brasileira contemporânea desenvolveu poderosos instrumentos de punição ou de desestímulo às atitudes de solidariedade social, de revolta contra injustiças e mesmo de defesa da cidadania; e que, ao mesmo tempo, aprendeu a premiar a submissão aos poderosos, a sensatez de obedecer aos detentores do poder e as elogiar o pragmatismo conformado como sendo a mais sábia das posturas. É a era do elogio ao conformismo.

Neste contexto é difícil, por exemplo, a construção de uma nova consciência sanitária que se oponha a utilização pura e simples da força de trabalho, dos corpos, da natureza, apenas como mais um insumo necessário à produção e sem nenhuma consideração de caráter mais coletivo. A lógica da medicina de mercado, a lógica da saúde pública tipo "Pai Tomaz", ou seja daquela que conhece o seu lugar e nunca se mete com os interesses do Capital, seja quando do controle da produção e consumo de fármacos, quando da poluição do meio ambiente, da vigilância dos locais de trabalho, e se restringe ao campo tradicional dos programas verticais de com, bate à tuberculose, à hanseníase, entre outros; é a mesma lógica deste liberalismo pretensamente democrático.

O sindicalismo autêntico, os socialistas, a esquerda, não têm como deixar de tratar destas questões, e não só em referência ao socialismo burocrático do Leste

européu mas também e principalmente frente ao totalitarismo tupiniquim que por ser de outra qualidade não é menos retrógrado e contrário ao bem-estar da maioria.

A persistência prolongada desta correlação de forças pode cronificar entre os trabalhadores brasileiros um comportamento político conformista ou, no máximo, um corporativismo bem comportado e admitido pelas classes dominantes.

Em Campinas, por exemplo, em 1989, os operários de uma metalúrgica optaram por continuar se intoxicando com Chumbo ao invés de lutarem contra os empresários -que os ameaçavam com o fantasma do desemprego -, mesmo contando com o apoio dos moradores das cercanias das fábricas e da Prefeitura. Ou seja, há o risco de interrupção da busca de independência e da vocação para a construção de um projeto contra-hegemônico de poder que, ao longo dos anos oitenta, o PT, os socialistas e a CUT começaram a conseguir representar. Assim, há que se colocar a questão da DEMOCRACIA na ordem do dia da luta dos trabalhadores e para além de seus aspectos meramente eleitorais. Cabe a construção de novos mecanismos de democratização das Unidades de Trabalho, quebrando o poder quase que absoluto do Capital dentro da empresa privada.

Paradoxalmente, este mesmo tipo de sensibilidade para o oportunismo se desenvolve também nos serviços e empresas públicas, -tanto entre dirigentes como entre o conjunto do funcionalismo. Só que, aqui, não como consequência da busca de uma produtividade sempre maior. Não. Neste caso, a submissão quase que absoluta da força de trabalho se dá por razões principalmente de ordem política: em decorrência da necessidade de centralização do PODER nas figuras dos chefes do executivo, que sistematicamente vêm usando este controle sobre o Estado para assegurar o predomínio do interesse privado sobre o da maioria.

Neste segundo tipo de situação, a simples criação de normas políticas de convívio democrático -rotatividade de poder, pluralismo ideológico, contenção do clientelismo -ampliam por si só as possibilidades de democratização do Estado, de crescimento autônomo dos movimentos de servidores públicos, bem como de sua politização (termo aqui utilizado com o sentido de superação do corporativismo profissional) e de que venham a participar coletivamente da gestão de empresas através de instrumentos de democracia direta.

No outro caso, a instituição de regras gerais de convivência democrática nem sempre quebra o totalitarismo da empresa privada. Há que se fazer um esforço adicional. E esta é a situação do Brasil.

Enfim, também não há democracia enquanto o Capital e seus detentores continuarem decidindo soberanamente sobre os processos de trabalho, os objetivos da produção, investimentos, meio-ambiente, entre outros temas.

Cabe ressaltar, no entanto, que apesar deste quadro, onde há uma nítida configuração ideológica a favor do Capital contra o trabalho, é possível a continuidade e desenvolvimento do movimento sindical, democrático e socialista, e, portanto, é também provável a consolidação de um projeto popular de reforma sanitária. O que este artigo chama atenção é para o fato de que a persistência deste tipo de poder discricionário dos proprietários sobre a força de trabalho e sobre o Estado, mais do que

dificultar a organização independente dos trabalhadores, pode criar bases reais e concretas que levem setores importantes dos assalariados a se adaptarem ou até mesmo a se converterem à idéia de que a lógica política do neoliberalismo é a que melhor lhes converia. O que, enfim, parece estar ocorrendo no Leste Europeu em decorrência do desgaste da prolongada hegemonia da gestão e do planejamento centralizado e burocrático.

Inúmeros setores das camadas médias urbanas, no Brasil, já vêm passando por este tipo de cooptação. Veja-se o caso dos jornalistas. Nas décadas de sessenta e setenta, majoritariamente, se situavam à esquerda, e o seu sindicalismo parecia estável e maduro. Hoje, é nítida a cooptação de parcelas significativas dos mesmos, pelas grandes empresas de comunicação. Preocupam-se com suas carreiras e, realmente, fazem belas carreiras, defendendo com esmero os circunstanciais interesses e opiniões da empresa que os empregam. Os sindicatos de Jornalistas, hoje, são um pálido reflexo do que foram há dez anos passados. E, certamente, não há democracia com monopólio de informações; nem quando é exercido pelo Estado, nem quando por grupos privados. Como romper com este tipo de controle que pesa sobre toda a sociedade? Certamente, através de uma extensão da democracia para muito além dos limites imaginados quer pelos liberais quer pelos preceitos do socialismo burocrático.

Com os médicos vem ocorrendo algo semelhante. Embora sua adesão a um projeto de recorte neoliberal obedeça a um processo mais complexo, tomado possível através da aliança do grande capital envolvido no setor médico-hospitalar com estes profissionais enquanto pequenos produtores de serviços de saúde. Esta composição realizada a nível da estrutura econômica criou as bases sociais para que os médicos, enquanto categoria profissional e, portanto, enquanto sujeitos coletivos, se transformassem em intelectuais orgânicos da política de saúde neoliberal, ou seja, seus principais elaboradores e divulgadores.

O denominado Movimento sanitário -este ajuntamento de profissionais, intelectuais e trabalhadores, todos mais ou menos socialistas e vinculados ao campo da saúde -não tem outra alternativa senão a de se opor a esta lógica. Confrontar-se com o projeto médico de corte liberal, difundir outra perspectiva, contando para isso, necessariamente, com a maioria dos próprios trabalhadores de saúde.

E esta é a nossa grande contradição, este é o paradoxo que devemos desvendar. A partir de um ambiente de trabalho que favorece o conformismo, o corporativismo, o apoliticismo -enfim, Que reforça o projeto político neoliberal -, há que serem criadas as bases para uma profunda Reforma do sistema de saúde, da consciência sanitária dos profissionais e da maioria do povo. Daí decorre a importância tática e estratégica da luta pela democracia para além de seus limites parlamentares. Daí decorre a importância estratégica da criação de novos mecanismos de gestão das unidades de saúde que permitam a derrota tanto do autoritarismo neoliberal quanto do burocratismo estatal. Criando com este novo tipo de gestão as bases materiais necessárias ao desenvolvimento de uma nova sensibilidade. De uma nova consciência, mais solidária, fraterna e, ao mesmo tempo, libertária; e, finalmente, capaz de permitir o desenvolvimento pleno das várias individualidades e de recuperar a eficácia do sistema de saúde, destruída em larga medida pela crueldade da racionalidade decorrente da radical hegemonia dos interesses privados sobre os públicos também em assuntos relativos à vida, à morte e à saúde das pessoas.